



Destaque Rural Nº 267

2 de Abril de 2024

O QUE FAZER: ACÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJECTIVOS DE CRESCIMENTO AGRÁRIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

João Mosca¹

1. INTRODUÇÃO

Este texto pretende concretizar o Destaque Rural anteriormente publicado com o título *Agricultura e meio rural: o que fazer?*, que teve como objectivos: referir as condições básicas para o desenvolvimento agrário e rural; apresentar as condições principais para o crescimento da produtividade, da produção e do rendimento monetário dos produtores agrários; acentuar as condições e importância de o sector agrário ser integrado num desenvolvimento rural e económico, e, finalmente, a transformação agrária e da economia.

A presente reflexão apresenta as principais acções para alcançar os objectivos acima referidos. Depois da introdução, na secção dois, são sugeridas as acções principais para o impulso do crescimento agrário (considerando um ponto de partida apresentado no livro *A contra transformação agrária em Moçambique*². Na secção 3, apresentam-se as medidas consideradas pelo autor como as mais importantes para se passar do crescimento agrário ao desenvolvimento rural, incluindo a agro-indústria, serviços aos cidadãos, a transformação da estrutura agrária, entre outros aspectos. Na secção 4 ressalta-se a importância de haver estratégias diferenciadas conforme as condições territoriais para o crescimento agrário e o desenvolvimento rural, entre as quais, as potencialidades de produção agrária, o acesso aos mercados (estando subjacente as infra-estruturas – estradas e o comércio rural) e a densidade populacional. Na secção 5 sugere-se um conjunto de acções específicas para as zonas áridas e desfavorecidas. Na secção 6 apresenta-se um conjunto de reformas e condições institucionais do Estado, do sector privado e da sociedade civil para a concepção, execução e monitoria na implementação das acções relacionadas com as estratégias e projectos de crescimento agrário e desenvolvimento rural. Finalmente, faz-se um resumo.

¹ Investigador do OMR.

² Mosca, João e Nova, Yara (2023). OMR. <https://omrmz.org/livros/a-contra-transformacao-agraria-em-mocambique/>.

2. ACÇÕES PRINCIPAIS PARA O IMPULSO DO CRESCIMENTO AGRÁRIO

Numa primeira fase, designada de impulso para o crescimento da produção agrária, mencionam-se as acções necessárias para que a produção agrária e o rendimento dos produtores aumentem. São estas, condições necessárias de partida, sem as quais não é possível haver um crescimento estável e durável. Estas acções são, no entanto, insuficientes para que se verifique o desenvolvimento rural integrado. Sugerem-se as seguintes principais acções:

- Escolha e multiplicação de sementes melhoradas adaptadas aos contextos locais com certificação, acompanhada de insumos (principalmente fertilizantes)³.
- Estudar a qualidade dos solos nas zonas prioritárias dos produtos estratégicos conforme os solos, clima e sistemas de produção dominantes.
- Assegurar a manutenção dos regadios existentes, formação e organização de regantes e produtores para a produção em sistemas de regadio de maior dimensão.
- Manter e alargar a rede de estradas rurais que articulam as zonas de produção com as sedes distritais.
- Introduzir pequenos equipamentos que melhorem a preparação da terra e da colheita, exigindo menos trabalho e com menor penosidade na realização das operações culturais, simultaneamente que se melhora a qualidade das operações.
- Alargar a rede comercial, incluindo a de fornecimento de insumos, de assistência técnica a equipamentos, instrumentos de trabalho, produtos veterinários, etc.
- Criar incentivos fiscais para a realização de investimentos na rede comercial fixa no meio rural (construção de lojas, armazéns, camiões/camionetas e tractores com atrelados, etc.), priorizando as zonas de maior potencial produtivo dos bens estratégicos, limitando a presença de comerciantes temporários.
- Implantar e regular um fundo de estabilização de preços para alguns dos bens estratégicos, nomeadamente: arroz, milho, feijões, batata reno e carne bovina⁴.
- Criar linhas de crédito com taxas de juro bonificadas e participação a fundo perdido do Estado, para os investimentos privados nas zonas rurais (pequenas barragens e sistemas de rega, plantação de árvores, criação de animais de pequena espécie para consumo local, etc.), priorizando zonas prioritárias das produções estratégicas assinaladas no *bullet* anterior.
- As acções de conservação dos solos e da biodiversidade devem ser centradas na redução do desmatamento, e dos sistemas agroflorestais melhoramento dos solos com métodos "tradicionais" (rotação e consociação de culturas, enterro de ramos e folhas, entre outras), controlo da exploração mineira, tanto a industrial como a artesanal (vulgo garimpo), obrigando, conforme a lei, à reposição dos solos e da flora pré-existente à extracção.

³ Actualmente existem muitas burlas, como asa referentes à qualidade, insumo importados desajustados às realidades produtivas, preços exagerados e muito diferentes conforme os vendedores e locais, etc. Isto é, existem falhas na regulação da certificação e comercialização de sementes,

⁴ O Destaque Rural referido acima, indica mais bens estratégicos. Porém, para efeitos de estabilização de preços, o autor sugere estes quatro produtos.

Estas medidas permitem o aumento da produtividade e da produção, a venda e escoamento de excedentes e o conseqüente incremento do rendimento monetário, o que fará aumentar a procura relacionada com o bem-estar das famílias (alimentos, vestuário, habitação, meios de locomoção, etc.).

A duração desta fase será variável, conforme as zonas e as culturas estratégicas e os níveis de investimento público e privado.

3. RUMO AO DESENVOLVIMENTO RURAL

A segunda fase, denominada de rumo ao desenvolvimento rural integrado, implica a consolidação e alargamento dos objectivos da primeira fase. Destacam-se as seguintes medidas:

- Aprofundamento da investigação técnica com novas variedades, ampliação do estudo dos solos, formas de combate a doenças e pragas e monitorização das situações epidemiológicas. A investigação socioeconómica é de grande importância e deve-se estruturar a médio prazo. É importante aumentar a capacidade e o número de estações agrárias regionais.
- Aumento das acções que resultem em aumento da produtividade, considerando que, a médio prazo, se manterá o decréscimo das áreas médias por exploração devido ao aumento da emigração para as zonas com maior actividade económica, acesso a serviços e de maior segurança.
- Alargamento da rede comercial, da capacidade de armazenagem e da rede de estradas rurais, neste caso, a nível distrital e por zonas, em função dos excedentes de produção.
- Aprofundamento da manutenção e da eficácia e economicidade dos regadios existentes (economia da água, manutenção dos sistemas de rega e drenagem, gestão da água) e construção de novos sistemas de rega, sobretudo em zonas com défice hídrico.
- Alargamento, qualificação, capacitação e organização dos serviços de extensão rural nos territórios com maior potencialidade de produção dos bens estratégicos.
- Rever os subsídios e as participações do Estado da fase anterior nos investimentos privados (rede comercial e fundo de estabilização de preços), mantendo-os, ou não, em função do crescimento do empresariado comercial local.
- Criar incentivos e crédito especiais para a formação da rede comercial rural fixa, para a emergência da indústria agrária de matérias-primas localmente produzidas e resultante da acumulação local em fases anteriores do crescimento, como, por exemplo, farinação de milho (moageiras), descasque de arroz, serrações, indústria mobiliária, pecuária semi-intensiva, matadouros, indústria de carnes, etc.

- Alargar, qualificar e apetrechar a rede rural de saúde primária e de escolas primárias e secundárias e introduzir nos institutos médios, a formação em negócios e a criação de incubadoras de pequenas e médias empresas, assim como recuperar as escolas de artes e ofícios.
- Difundir, com subsídios iniciais, o acesso a fontes de energias limpas e água potável pelas famílias e aldeias.

A integração da economia agrária e rural no desenvolvimento económico e social, a longo prazo, implicará a transformação estrutural da agricultura, principalmente caracterizada pelos seguintes aspectos principais:

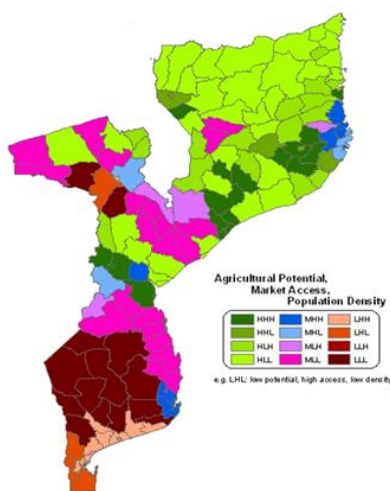
- Redução do número de produtores como resultado da emigração para os centros urbanos e industrialização, incidindo sobretudo sobre os agricultores menos competitivos, como acontece em outras realidades onde se verificou uma transformação estrutural agrária e da economia.
- Diminuição do número de produtores que fará aumentar a disponibilidade de terra já desbravada/agricultada o que poderá implicar o aumento das áreas médias por agricultor/exploração, facilitando a modernização com a introdução de equipamentos, químicos, rega, e a configuração dos sistemas agro-florestais, numa perspectiva mais ampla que a de cadeias de valor.
- As externalidades ambientais negativas podem ser minimizadas com políticas ambientais, como, por exemplo, incentivos ao plantio de árvores, reforço das medidas de resiliência, criação de zonas de biodiversidade protegidas, fábricas movidas com energias limpas, entre outras.
- A industrialização dos sistemas agro-alimentares conduz à deterioração da qualidade dos alimentos. Neste aspecto, deve ser incentivada a agricultura de bens livres de químicos cuja menor produtividade deve ser compensada com a organização de canais de distribuição especializados, educação e informação nutricional.
- Envelhecimento e desertificação humana do meio rural, sobretudo das “zonas desfavorecidas”, devido à crescente formação dos jovens em níveis superiores de ensino, à absorção do trabalho pela industrialização e construção civil, sectores de maior produtividade e níveis de salários e de rendimento comparativamente aos obtidos na generalidade da actividade agrária.

4. TERRITORIALIDADE DO DESENVOLVIMENTO RURAL

O desenvolvimento no território depende de vários factores acima descritos (em separado, nomeadamente: população e densidade populacional; disponibilidade de recursos naturais (terra, floresta, água, etc.), infra-estruturas, acesso a serviços aos cidadãos, clima e potencial produtivo na agricultura e em outras actividades (comércio, indústria, turismo, transportes, etc.).

O mapa abaixo indica uma combinação das dimensões (factores) potencialidade agrícola, acesso aos mercados (que pressupõe infra-estruturas de estradas e rede empresarial) e densidade populacional. Deste mapa, pode-se retirar as seguintes observações: (1) duas zonas com cor castanho escuro, acumulam um nível baixo (L) nas três dimensões, abrangendo as províncias de Gaza e Inhambane, ao longo da fronteira com a África do Sul e Zimbabué, e dois distritos no Sul da província de Tete; (2) A restante da zona Sul com cor castanha de tonalidade mais suave, apresenta diferentes combinações (H, M e L⁵) das três dimensões; (3) zonas a cor laranja com diferentes tonalidades, combinam diferentes níveis (H, M e L) ocorre na costa Norte litoral de Gaza, a margem direita do rio Zambeze, zonas Sul de Sofala e de Manica, e em alguns distritos na província de Tete; (4) A cor verde claro representa os distritos com potencial agrícola, mas com diferentes níveis de densidade populacional e de acesso aos mercados; (5) a cor verde escura representa zonas com elevado potencial agrícola, elevado acesso aos mercados e elevada densidade populacional, e abrange os distritos do corredor da Beira, distritos da Zambézia e de Nampula; (6) as tonalidades da cor verde representam distritos com elevado potencial agrícola e diferentes níveis (H, M e L) nas outras duas dimensões, e localizam-se em grande parte das províncias da Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado, e a norte do corredor da Beira; (7) a cor verde escuro cobre zonas que possuem alto potencial agrícola, de acesso aos mercados e de densidade populacional.

Mapa 1
Domínios de desenvolvimento



Fonte: Ministério da Agricultura, TIA 2006. Retirado de Capítulo "Domínios de desenvolvimento para Moçambique. caracterização espacial das condições sócio económicas e biofísicas das oportunidades e entraves ao desenvolvimento dos pequenos produtores em Moçambique", de Ragendra de Sousa constante no livro Mosca, João (coordenação) (2012). "Contributos para o debate da agricultura e do desenvolvimento rural. Escolar editora. Maputo.

Para o crescimento da agricultura, são evidentes as zonas de maior potencial e, considerando a densidade populacional e o acesso aos mercados, pode-se generalizar que a quase totalidade dos territórios das províncias da Zambézia, Nampula e Niassa e Norte de Cabo Delgado e Norte das províncias de Sofala e Manica são zonas de expansão agrícola, sendo, porém, necessários investimentos de acesso aos mercados e o desenvolvimento de outras áreas relacionadas com a agricultura, para atrair população

⁵ Elevado (alto), médio e baixo, respectivamente.

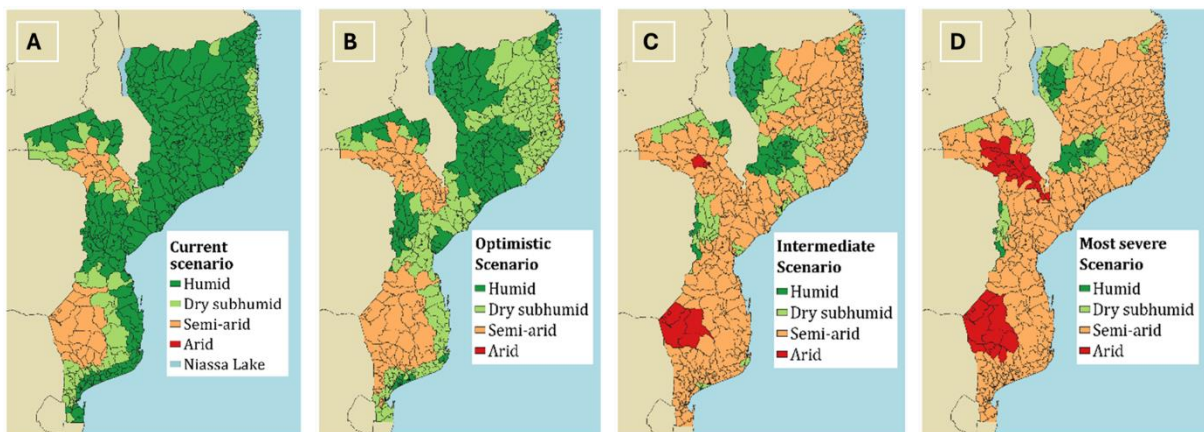
para os distritos com menor densidade (cor verde claro), com mais emprego e crescimento dos rendimentos advindos do sector agrário.

A quase totalidade da zona Sul possui muita pecuária (gado bovino) e sistemas de rega que necessitam de reabilitação e possível expansão das áreas.

Analisando de forma breve os mapas 1 e 2, pode-se constatar que, actualmente, existe uma grande coincidência entre os factores de potencial agrícola e clima. Os cenários climáticos mostram uma evolução da aridez, quase traduzirá na redução das áreas com potencial agrícola, com grandes efeitos sobre a produção e produtividade, migração e adensamento populacional em zonas cada vez mais limitadas (do que já existem sinais evidentes), pressão sobre os recursos naturais e escassez dos mesmos, considerando a densidade populacional e as tecnologias e sistemas de produção actuais. Este é um assunto que requer grande atenção, particularmente considerando os cenários de crescimento populacional (que totalizará entre 50 e 60 milhões de pessoas em 2050).

Mapa 2

Clima observado (1970-2000) e previsto (2081-2100) com base no índice de aridez para três cenários climáticos, por posto administrativo – mediana de 8 GCMs



Fonte: Abbas *et al.* (2023) disponível em <https://link.springer.com/article/10.1007/s11027-023-10082-5>

5. O QUE FAZER NAS ZONAS ÁRIDAS E DESFAVORECIDAS?

Numa perspectiva de médio prazo e com o objectivo de reduzir ou estancar o alastramento da aridez e possíveis consequências de desertificação humana e económica, são necessárias medidas de vulto e de elevado valor de investimento.

Destacam-se as seguintes:

- Construção de infra-estruturas (estradas, pequenos regadios e açudes de armazenagem de água, canais com ramais diversos de conexão entre rios distantes entre si para servir as zonas áridas e as actividades de povoamento e desenvolvimento).
- Construção de infra-estruturas para a prestação de serviços de saúde, educação, abastecimento de água e energia.
- Desenvolvimento das actividades económicas com base na produção local, como por exemplo: (1) a criação de bovinos deve ser acompanhada de investimentos da respectiva cadeia de valor - comercialização de animais dos pequenos e médios criadores, parques de engorda, matadouros, indústria de carne, indústria de peles e curtumes, serviços veterinários, entre outras; (2) plantação massiva de árvores adaptadas e com potencialidades comerciais e de transformação local, como serrações, carpintarias, indústria mobiliária, etc.; (3) povoamento com fauna bravia e desenvolvimento do turismo cinegético.

As obras e sua manutenção, sobretudo as da responsabilidade do Estado, criam emprego e novos aglomerados populacionais. É importante que existam políticas fiscais, comparticipação do Estado em investimentos privados, subsídios pela criação de emprego líquido, entre outras formas de atracção de investimento e de população.

Estas e outras acções devem ser perspectivadas a longo prazo, de grande vulto e investimentos elevados.

6. INSTITUIÇÕES

Para a implementação das acções de desenvolvimento no sector agrário e de desenvolvimento rural, são necessárias reformas fundamentais nas instituições, segundo um conceito amplo do termo. Ao nível do Estado:

- Necessidade da estabilidade orgânica a nível central, provincial e distrital e definir-se sobre o que significa a "dupla subordinação".
- Importância da existência de pactos supra legislativos e suprapartidários sobre questões estratégicas de desenvolvimento agrário, rural e económico.
- Existência de um órgão independente do Estado e dos partidos políticos, para monitorar as principais questões estratégicas de desenvolvimento.
- Despartidarização e descentralização do Estado e órgãos estatais, sobre os poderes e processos de decisão, gestão orçamental, contratação de pessoal por concurso público, entre outros aspectos.

- Modernização do Estado e conseqüente redução do peso dos gastos com o pessoal e formação dos servidores públicos.
- A existência de um poder judicial independente e célere.

A nível do sector empresarial é importante:

- A emergência de um empresariado formado, com espírito capitalista na concepção de Max Weber⁶, que actue em mercado concorrencial e não distorcido, ético, competitivo e liberto de influências político-partidárias.
- A formação profissional de empresários e de trabalhadores para obtenção de mais produtividade, manutenção de infra-estruturas e equipamentos, espírito de disciplina e rigor no trabalho e cultura de prestação de contas.
- O desenvolvimento de diferentes formas de organização empresarial e corporativa com capacidade para a defesa dos seus interesses e capacidade negocial e, em ambos os casos, com independência do sistema político-partidário.
- A organização de sindicatos dos trabalhadores com capacidade de diálogo e de negociação para a defesa dos interesses de classe.

As organizações da sociedade civil possuem responsabilidades no desenvolvimento agrário e rural, designadamente:

- Discutir com os centros de decisão e de políticas públicas, acerca da concepção dos modelos económicos, sociais e efeitos nos respectivos territórios e na população abrangida.
- Monitorar aspectos fundamentais durante a implementação de projectos, como, por exemplo, questões sobre a ocupação, qualidade e conservação da fertilidade dos solos; condições e valor das indemnizações por evacuação para reassentamentos; fiscalização no uso de recursos naturais, tais como, florestas, fauna, minerais, etc.
- Participar no diálogo com as autoridades locais sobre os projectos "externos" (de fora dos locais a nível do posto administrativo e localidades) e, quando necessário, esgotadas as possibilidades de diálogo, manifestarem-se perante as razões das conflitualidades.
- Colaborar e apoiar os projectos de pesquisa de organizações de investigação para melhor entendimento das realidades.
- Monitorar os aspectos relacionados com os direitos humanos e liberdades dos cidadãos e implementação da Lei.

⁶Max Weber "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo" de Max Weber é um clássico das ciências sociais. Max Weber argumenta em sua obra, basicamente, que aquele indivíduo que racionaliza suas ações, valoriza o seu trabalho e apresenta um afastamento do gozo espontâneo possui o chamado "espírito". Weber estudou o desenvolvimento económico do Ocidente encontrou uma atitude em relação ao acúmulo de riquezas sem precedentes na história Weber, Max (2004). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Companhia das Letras. São Paulo.

7. RESUMO

Em resumo, pode-se afirmar que cada fase sugerida para o crescimento agrário e o desenvolvimento rural com integração numa economia diversificada e competitiva, carece de políticas específicas estáveis. Para o efeito, é fundamental considerar as realidades locais, nomeadamente as condições produtivas, o clima, o acesso aos mercados (sobretudo estradas e rede comercial e de insumos e equipamentos, armazenagem, entre outras), as condições de concorrência do mercado e estabilidade dos preços, a densidade da população e seus reflexos sobre a pressão nos recursos naturais, e a biodiversidade. O desenvolvimento rural integrado só será possível com o desenvolvimento de outras actividades económicas e de serviços de acumulação e investimento, numa base social alargada e local, e que se estabeleçam múltiplas relações intersectoriais no território.

Existem áreas áridas para as quais são necessárias medidas de grande investimento de longo prazo, em infra-estruturas hídricas, em actividades económicas, aproveitando as potencialidades locais, medidas eficazes de povoamento, entre outras.

Para o crescimento agrário e o desenvolvimento rural, na perspectiva de uma economia diversificada e competitiva, são necessárias profundas reformas institucionais no sistema político, no Estado, no sector empresarial e nas organizações da sociedade civil.